



Manual do Parcelamento do Simples Nacional

Versão – Agosto/2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	3
1.2. A QUEM SE DESTINA.....	3
2. ACESSO	4
3. FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO.....	5
3.1. PEDIDO DE PARCELAMENTO.....	5
3.2. EMISSÃO DE PARCELA.....	8
3.2.1. Reconsolidação do Débito Parcelado.....	9
3.2.2. Pagamento Online.....	10
3.3. CONSULTA PEDIDOS DE PARCELAMENTO	11
3.4. DESISTÊNCIA DO PARCELAMENTO	14
4. REPARCELAMENTO	15
5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO.....	17
6. RESCISÃO.....	17

1. INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Parcelamento do Simples Nacional é um sistema eletrônico que permite a realização de parcelamento ou reparcimento de débitos apurados pelo Simples Nacional que estejam vencidos e em cobrança na Receita Federal do Brasil.

Este parcelamento **não se aplica:**

- à multa por descumprimento de obrigação acessória;
- à Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social para a empresa optante tributada com base:
 - nos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 123, de 2006, até 31 de dezembro de 2008;
 - no Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, a partir de 1º de janeiro de 2009;
- ao ICMS e ISS:
 - transferido para inscrição em dívida ativa estadual, distrital ou municipal, quando houver convênio com a PGFN nos termos do § 3º do art. 41 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
 - lançado individualmente pelo Estado, DF ou Município, nos termos do art. 142 da Resolução CGSN nº 140, de 2018.
- a débito apurado no Simples Nacional inscrito em Dívida Ativa da União;
- a débito de Microempreendedor Individual (MEI);
- aos demais tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional, previstos no § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, inclusive aqueles passíveis de retenção na fonte, de desconto de terceiros ou de sub-rogação

O número máximo de parcelas é 60 (sessenta). O número mínimo de parcelas é 2 (duas).

O valor mínimo de cada parcela deve ser R\$ 300,00 (trezentos reais).

O aplicativo calcula a quantidade de parcelas de forma automática, considerando o maior número de parcelas possível, respeitado o valor mínimo da parcela. Não é permitido ao contribuinte escolher o número de parcelas.

1.2. A QUEM SE DESTINA

O programa se destina a qualquer contribuinte que possua débitos apurados pelo Simples Nacional que estejam vencidos e em cobrança na Receita Federal do Brasil.

O sistema pode ser utilizado ainda que no momento da formalização do parcelamento o contribuinte não seja mais optante pelo Simples Nacional ou que o CNPJ esteja baixado.

2. ACESSO

O acesso se dá por meio de Certificado Digital ou Código de Acesso, no endereço eletrônico www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional, opções Simples Serviços > Parcelamento > Parcelamento - Simples Nacional.

The screenshot shows the 'Simples Serviços' menu highlighted with a red box. Below it, the 'Parcelamento' section is active. A table lists available services with their respective access codes and digital certificate requirements. The row for 'Parcelamento - Simples Nacional' is highlighted with a red box.

Serviços Disponíveis	Código de Acesso	Certificado Digital
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT-SN		CPF - CNPJ
Parcelamento - Simples Nacional		CPF - CNPJ
Parcelamento Especial - Simples Nacional		CPF - CNPJ

Código de acesso gerado no Portal do Simples Nacional:

Para gerar o código de acesso usado no Portal do Simples Nacional, na tela Parcelamento, clicar em "Clique Aqui":

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/controleAcesso/GeraCodigo.aspx>

• Usando Código de Acesso

Caso você não tenha o Código de Acesso ou precise alterá-lo ou se esqueceu, [Clique Aqui](#).

• Usando Certificado Digital

Estes serviços estão disponíveis no Centro de Atendimento Virtual do sítio da Receita Federal do Brasil, e seu acesso é feito por meio de Certificado Digital. Caso você não disponha de Certificado Digital, veja as orientações no sítio da RFB, em [Certificados Digitais](#).

Certificado Digital:

- Certificado digital da própria PJ (e-CNPJ);
- Certificado digital do responsável legal da PJ perante o CNPJ (e-CPF);
- Procuração RFB;
- Procuração Eletrônica.

3. FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO

O Parcelamento Simples Nacional possui as seguintes funcionalidades:

- Pedido de parcelamento;
- Emissão de parcela;
- Consulta pedidos de parcelamento; e
- Desistência do parcelamento.



3.1. PEDIDO DE PARCELAMENTO

Esta função permite ao contribuinte solicitar o parcelamento ou reparcèlement de débitos de Simples Nacional. Após clicar no menu "Pedido de Parcelamento", o sistema exibirá uma página com as seguintes informações preliminares:

Relação de débitos recuperados, passíveis de parcelamento: Os débitos serão listados por período de apuração com as respectivas informações sobre a data de vencimento, o saldo devedor original e o valor atualizado. Se o débito estiver controlado por meio de algum processo administrativo, o número desse será exibido.

Valor total consolidado: representa a soma dos valores atualizados de todos os débitos recuperados;

Número de parcelas: representa a quantidade total de parcelas. O sistema calcula automaticamente a maior quantidade possível, observando o valor mínimo de R\$ 300,00 por parcela. Não é possível alterar a quantidade.

Valor da primeira parcela: é o valor do primeiro DAS de parcela, que deverá ser recolhido no prazo de vencimento para que o parcelamento seja deferido.

Valor das demais parcelas: o valor de cada prestação mensal é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

O usuário deve conferir os débitos listados e, caso concorde, deverá clicar em “Continuar”:

Pedido de Parcelamento
Voltar
Sair

Nome Empresarial:
CNPJ:

Relação dos débitos recuperados

Período de Apuração	Vencimento	Número do Processo	Saldo Devedor Original	Valor Atualizado
02/2020	20/03/2020		R\$ 909,65	R\$ 1.111,92

Valor total consolidado: R\$ 1.111,92
Número de parcelas: 3
Valor da primeira parcela: R\$ 370,64
Valor das demais parcelas: R\$ 370,64

Importante:

Os débitos acima relacionados são os existentes neste momento nos sistemas de cobrança da RFB. Em caso de divergência, procurar a Unidade da RFB de sua jurisdição.

Havendo na composição da dívida negociada ao menos um débito com histórico de inclusão anterior em parcelamentos do Simples Nacional (ordinário ou especial, indistintamente) o valor da primeira parcela é diferenciado, conforme observações abaixo, apontadas no período de apuração do débito na relação acima:

- 1 - Débito com histórico de inclusão em apenas um parcelamento anterior do Simples Nacional condiciona o valor a primeira parcela a 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada.
- 2 - Débito com histórico de inclusão em mais de um parcelamento anterior do Simples Nacional condiciona o valor a primeira parcela a 20% (vinte por cento) do valor total da dívida consolidada.

Retornar
Continuar

Após clicar em “Continuar”, o sistema exibirá uma mensagem com o resumo do pedido de parcelamento. Confira atentamente as informações: valor consolidado, número de parcelas e valor da primeira parcela.

Nome Empresarial:
CNPJ:

Valor total consolidado: R\$ 1.111,92
Número de parcelas: 3
Valor da primeira parcela: R\$ 370,64
Valor das demais parcelas: R\$ 370,64

ATENÇÃO:

A concessão do parcelamento está condicionada ao pagamento tempestivo da primeira parcela. Caso o recolhimento não seja efetuado até a data de vencimento do DAS, o pedido de parcelamento será considerado sem efeito.

Havendo na composição da dívida negociada ao menos um débito com histórico de inclusão anterior em parcelamentos do Simples Nacional (ordinário ou especial, indistintamente) o valor da primeira parcela é diferenciado: dez ou vinte por cento do valor total consolidado, conforme o histórico de inclusão em parcelamento anterior encontrado.

Retornar
Concluir

Para confirmar o pedido de parcelamento, clique em “Concluir”. O aplicativo emitirá o Recibo de Adesão ao Parcelamento, que poderá ser impresso clicando em “Imprimir Recibo”:

RECIBO DE ADESÃO AO PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

Nome Empresarial: [REDACTED]

CNPJ: [REDACTED]

Relação dos débitos parcelados

Período de Apuração	Vencimento	Número do Processo	Saldo Devedor Original	Valor Atualizado
02/2020	20/03/2020		R\$ 909,65	R\$ 1.111,92

Valor total parcelado: R\$ 1.111,92

Número de parcelas: 3

Valor da primeira parcela: R\$ 370,64

Valor das demais parcelas: R\$ 370,64

Prazo para pagamento da primeira parcela: 21/10/2020

Importante:

A concessão do parcelamento está condicionada ao pagamento tempestivo da primeira parcela. Caso o recolhimento não seja efetuado até a data de vencimento do DAS, o pedido de parcelamento será considerado sem efeito.

A partir da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.981/2020, de 13/10/2020, quando a negociação do parcelamento envolver ao menos um débito com histórico de inclusão em parcelamento do Simples Nacional, conforme indicação na coluna "período de apuração" da "relação dos débitos parcelados", a primeira parcela será diferenciada:

- 1- Débito com histórico de inclusão em apenas um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada.
- 2- Débito com histórico de inclusão em mais de um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 20% (vinte por cento) do valor total da dívida consolidada.

Confirmação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 19/10/2020 às 15:09:22 (horário de Brasília).
Recibo: [REDACTED]
Efetuado com Código de Acesso
CPF : [REDACTED]

[Retornar](#)

[Imprimir Recibo](#)

[Imprimir DAS](#)

[Pagar DAS Online](#)

Ainda na página do recibo de parcelamento o usuário poderá imprimir o DAS da primeira parcela ou efetuar o pagamento online. Para saber mais sobre como efetuar o pagamento online, ver item

3.2.2. Pagamento Online.



IMPORTANTE!

O parcelamento somente será concedido se houver o pagamento tempestivo da primeira parcela. Caso o recolhimento não seja efetuado até a data do vencimento, o pedido de parcelamento será considerado sem efeitos.

3.2. EMISSÃO DE PARCELA

Esta funcionalidade permite ao contribuinte emitir DAS do parcelamento, para a parcela do mês corrente e parcela(s) em atraso.

A parcela será devida a partir do mês da opção pelo parcelamento. Para que o parcelamento seja validado, o DAS da primeira parcela deverá ser pago até a data de vencimento constante no documento. As demais parcelas devem ser pagas, mensalmente, até o último dia útil de cada mês.

Os DAS de parcela, exceto o primeiro, serão disponibilizados para impressão a partir do dia 10 do mês da parcela. Exemplo: o DAS de parcela do mês 10/2020, com vencimento em 30/10/2020, estará disponível para emissão a partir do dia 10/10/2020.

Após clicar em “Emissão de Parcela” serão exibidas todas as parcelas disponíveis para impressão:

Parcelas disponíveis para impressão	
Parcela	Valor
02/2020	R\$ 402,01
03/2020	R\$ 394,69

Selecione "continuar" para emitir os documentos de arrecadação das parcelas exibidas.

[Retornar](#) [Continuar](#)

O usuário deve clicar em “Continuar” para imprimir ou efetuar o pagamento online de qualquer uma das parcelas exibidas. Para isso, basta clicar no texto da opção desejada:

Parcelas disponíveis para impressão		
Parcela	Valor	DAS
02/2020	R\$ 402,01	Imprimir Pagar Online
03/2020	R\$ 394,69	Imprimir Pagar Online

[Retornar](#)



ATENÇÃO!

Não é possível emitir a primeira parcela quando vencida ou qualquer parcela quando o parcelamento incidir em hipótese de rescisão.

3.2.1. Reconsolidação do Débito Parcelado

Caso o contribuinte transmita, no PGDAS-D, declaração retificadora de período de apuração abrangido por parcelamento ativo, no sentido de aumentar o valor devido, o saldo devedor do parcelamento será reconsolidado.

Quando o contribuinte acessar a emissão de parcela do mês seguinte ao que ocorreu a transmissão da retificadora, o sistema exibirá mensagem de alteração da dívida. Serão descritos o saldo devedor e o número de parcelas remanescentes.

> Alteração de Dívida Voltar Sair

Nome Empresarial:

CNPJ:

Os valores relacionados abaixo são resultantes de alteração nos débitos anteriormente parcelados e ainda não amortizados. As parcelas remanescentes referem-se ao número de parcelas vincendas da negociação original, no mês da alteração.

Período de Apuração	Vencimento	Número do Processo	Saldo Devedor Original	Valor Atualizado
09/2019	21/10/2019		R\$ 6.570,10	R\$ 8.125,83
10/2019	21/11/2019		R\$ 8.847,96	R\$ 10.909,49

Valor total parcelado: R\$ 19.035,32
Número de parcelas remanescentes: 55
Valor da parcela: R\$ 346,10

Retornar Concluir

Clique em “Concluir” e prossiga para a emissão da parcela.

Após o aceite pelo usuário, a tela de consulta do pedido de parcelamento será atualizada para exibir o detalhamento da alteração da dívida.

Pedido do Contribuinte				
Número	Data do pedido	Situação	Data da situação	Observação
2	19/12/2019	Em parcelamento	25/12/2019	

Consolidação original				
Valor total consolidado	Quantidade de parcelas	Parcela básica	Data da consolidação	
R\$ 26.993,09	60	R\$ 449,88	19/12/2019 12:23	

Alterações da dívida			
Valor total consolidado	Parcelas remanescentes	Parcela básica	Data da alteração da dívida
R\$ 19.059,98	55	R\$ 346,55	02/09/2020 09:23



IMPORTANTE!

Caso o contribuinte transmita uma declaração retificadora no PGDAS-D com valor total a menor para período de apuração (PA) que está incluído em parcelamento ativo, a retificadora não será carregada de forma automática. O contribuinte deve procurar o atendimento da RFB e solicitar, por meio de processo, a aplicação da retificadora, desde que comprove, de forma inequívoca, a ocorrência do erro no preenchimento da declaração.

3.2.2. Pagamento Online

A opção "Pagar Online" gera um documento para realização do pagamento por meio de débito em conta-corrente. No momento, este pagamento está disponível apenas para usuários do Banco do Brasil, com acesso ao Internet Banking.

O serviço de pagamento online está disponível em qualquer página que permita a geração do DAS de parcela.

Após clicar no botão Pagar Online, o sistema exibe as informações para realização do pagamento do DAS por meio de débito em conta corrente online. Selecione o seu banco (no momento só o Banco do Brasil está habilitado para esta modalidade de pagamento). Leia as "Observações", siga as instruções e clique em "Prosseguir":

O usuário será direcionado para a página do seu Banco, onde poderá visualizar o valor a pagar antes de confirmar a transação. Caso deseje realmente pagar, siga as instruções da página do Banco.

Após a confirmação do pagamento, o sistema exibirá o "Comprovante de Arrecadação" emitido pela Receita Federal do Brasil (RFB) e haverá a opção de "Salvar" ou "imprimir" esse comprovante. Caso queira imprimi-lo posteriormente, deverá acessar o Portal e-CAC, no sítio da Receita Federal do Brasil, utilizando certificado digital ou código de acesso do referido Portal, selecionar a aba "Pagamentos e Parcelamentos" e, então, o serviço "Consulta de Comprovante de Pagamento - DARF, DAS e DJE".

3.3. CONSULTA PEDIDOS DE PARCELAMENTO

Neste item, o contribuinte pode consultar os pedidos de parcelamentos efetuados, a situação atual e o detalhamento de cada um deles.

> Consulta Pedidos de Parcelamento Voltar Sair

Nome Empresarial:

CNPJ:

Selecione o pedido para ver seus detalhes

Pedidos do Contribuinte

Número	Data do pedido	Situação	Data da situação	Observação
1	24/09/2015	Encerrado por liquidação	17/10/2016	
2	19/10/2020	Sem efeito por solicitação do contribuinte	20/10/2020	
3	20/10/2020	Aguardando Pagamento da 1ª Parcela	20/10/2020	

Clique sobre o pedido de parcelamento para consultar o detalhamento. No exemplo, selecionamos o primeiro parcelamento:

Pedido do Contribuinte

Número	Data do pedido	Situação	Data da situação	Observação
1	24/09/2015	Encerrado por liquidação	17/10/2016	

Consolidação original

Valor total consolidado	Quantidade de parcelas	Primeira Parcela	Parcela básica	Data da consolidação
R\$ 4.134,54	13	R\$ 318,04	R\$ 318,04	24/09/2015 16:02

Informações válidas a partir da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.981/2020, de 13/10/2020:
Débito com histórico de inclusão em apenas um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada.
Débito com histórico de inclusão em mais de um parcelamento anterior condiciona o valor da primeira parcela a 20% (vinte por cento) do valor total da dívida consolidada.

Demonstrativo de pagamentos

Mês da parcela	Vencimento do DAS	Data de arrecadação	Valor pago
09/2015	28/09/2015	28/09/2015	R\$ 318,04
10/2015	30/10/2015	30/10/2015	R\$ 321,22

Nesta tela:

- Clique sobre o pedido de parcelamento para exibir o Recibo de Adesão ao Parcelamento do Simples Nacional;
- Clique sobre a consolidação para detalhar os débitos incluídos no parcelamento;
- No demonstrativo de pagamentos, clique sobre cada parcela para exibir o extrato do DAS pago.

Ao clicar em determinada parcela, o sistema exibirá o extrato do DAS pago. No exemplo, selecionamos a parcela do mês 10/2015:

Extrato do DAS
Voltar

Mês da parcela: 10/2015
Valor do DAS gerado: R\$ 321,22

1. Identificação do Contribuinte

CNPJ Matriz:
Data de abertura do CNPJ:
Nome empresarial:

2. Informações do DAS gerado

Nº do DAS:
Data de vencimento: 30/10/2015
PA do DAS gerado: 10/2015
Gerado em: 13/10/2015 07:50:26

Nº do parcelamento/Nº da parcela: 0001/02
Data limite para acolhimento: 30/10/2015

PA do débito: 07/2014
Processo:
Discriminação:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total	Ente Federado de Destino
COFINS	R\$ 12,25	R\$ 2,45	R\$ 1,69	R\$ 16,39	União
INSS	R\$ 39,15	R\$ 7,83	R\$ 5,43	R\$ 52,41	União
ICMS	R\$ 26,43	R\$ 5,28	R\$ 3,66	R\$ 35,37	SC

PA do débito: 08/2014
Processo:
Discriminação:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total	Ente Federado de Destino
COFINS	R\$ 25,70	R\$ 5,13	R\$ 3,32	R\$ 34,15	União
INSS	R\$ 82,18	R\$ 16,43	R\$ 10,64	R\$ 109,25	União
ICMS	R\$ 55,39	R\$ 11,08	R\$ 7,18	R\$ 73,65	SC

3. Informações de arrecadação do DAS gerado

Data do Pagamento 30/10/2015
Banco/Agência da Arrecadação
Valor Pago R\$ 321,22

O extrato exibirá as seguintes informações:

- número do DAS;
- número do parcelamento/parcela;
- data de vencimento;
- data limite para acolhimento;
- PA do DAS de parcela gerado;

- data da geração;
- discriminação dos débitos amortizados pela parcela;
- Informações sobre a arrecadação (data, banco/agência e valor).

No exemplo da tela, temos o DAS da segunda parcela (10/2015), com valor total de R\$ 321,22 e vencimento em 30/10/2015. A composição desse DAS de parcela abrange débitos dos períodos de apuração 07 e 08/2014.



IMPORTANTE!

O DAS de parcela é montado mensalmente no momento da sua emissão. Sua composição compreenderá os débitos mais antigos abrangidos pelo parcelamento, respeitando o valor da parcela acordada na formalização.

Dessa forma, é possível que um DAS de parcela seja utilizado para a amortização de débitos de mais de um período de apuração.

3.4. DESISTÊNCIA DO PARCELAMENTO

Esta funcionalidade permite ao contribuinte desistir do parcelamento solicitado, seja um pedido validado (após comprovação do pagamento da 1ª parcela) ou um pedido não validado (que ainda está aguardando o pagamento da 1ª parcela).

> Desistência de Parcelamento

Voltar

Sair

Nome Empresarial:

CNPJ:

Pedido em situação ativa passível de desistência.

Pedido do Contribuinte

Número	Data do pedido	Situação
2	19/10/2020	Aguardando Pagamento da 1ª Parcela

Retomar

Desistir

Para prosseguir, clique em “Desistir”.

> Desistência de Parcelamento

Voltar

Sair

Nome Empresarial:

CNPJ:

Pedido do Contribuinte

Número	Data do pedido	Situação	Data da situação
2	19/10/2020	Aguardando Pagamento da 1ª Parcela	19/10/2020

A confirmação da desistência encerrará o parcelamento. Confirma a desistência do parcelamento?

Sim

Não

O sistema exibirá mensagem solicitando a confirmação da desistência. Para confirmar a desistência do parcelamento, clique em “Sim”.



IMPORTANTE!

A desistência encerra o parcelamento. Os débitos não regularizados terão prosseguimento na cobrança e envio para inscrição em Dívida Ativa.

O parcelamento para o qual não houve o pagamento da primeira parcela, em caso de desistência, será considerado sem efeito e não contará para fins de reparcimento.

4. REPARCELAMENTO

Até 31/10/2020, o contribuinte estava limitado a formalização de apenas 1 (um) pedido de parcelamento do Simples Nacional por ano-calendário.

A partir de 01/11/2020, passou a ser admitida a formalização de mais de 1 (um) pedido de parcelamento do Simples Nacional por ano-calendário. A possibilidade de reparcelamento se deu com publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.981, de 09/10/2020, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.508, de 04/11/2014.

Dessa forma, será admitido reparcelamento de débitos constantes de parcelamento em andamento ou que tenha sido rescindido. Serão considerados débitos com histórico de inclusão em qualquer modalidade de parcelamento (ordinário, especial, PERT-SN ou RELP-SN), com saldo devedor igual ou maior que R\$ 10,00 (dez reais).

O deferimento do pedido de reparcelamento está condicionado ao pagamento da primeira parcela, cujo valor corresponderá:

- a 10% (dez por cento) do valor total da dívida consolidada, caso haja débito com histórico de inclusão em apenas um parcelamento válido anterior, seja qual for a modalidade (ordinário, especial, PERT-SN ou RELP-SN);
- a 20% (vinte por cento) do valor total da dívida consolidada, caso haja débito com histórico de inclusão em mais de um parcelamento válido anterior, seja qual for a modalidade (ordinário, especial, PERT-SN ou RELP-SN).

Em nenhuma hipótese o valor da primeira parcela será inferior a R\$ 300,00.



IMPORTANTE!

O valor da primeira parcela, com antecipação de 10% ou 20%, considera o valor total da dívida consolidada. Ou seja, serão considerados tanto débitos já incluídos em parcelamento anterior, quanto débitos que nunca foram parcelados.

Exemplo 1

O contribuinte possui os seguintes débitos em cobrança na RFB:

- PA 12/2019, valor devido R\$ 1.000,00; parcelado uma vez;
- PA 01/2020, valor devido R\$ 3.000,00; nunca foi parcelado;

Valor total consolidado: **R\$ 4.000,00**;

O valor da primeira parcela será de **10%** sobre valor total consolidado, ou seja, **R\$ 400,00**.

Exemplo 2

O contribuinte possui os seguintes débitos em cobrança na RFB:

- PA 12/2019, valor devido R\$ 1.000,00; parcelado duas vezes;
- PA 01/2020, valor devido R\$ 3.000,00; parcelado uma vez;
- PA 02/2020, valor devido R\$ 5.000,00; nunca foi parcelado;

Valor total consolidado: **R\$ 9.000,00**.

O valor da primeira parcela será de **20%** sobre valor total consolidado, ou seja, **R\$ 1.800,00**.

Para formalizar o reparcelamento, o contribuinte deverá desistir de eventual parcelamento ordinário e RELP-SN ativos. Não é necessário desistir de Parcelamento Especial ou PERT-SN, se for o caso.



ATENÇÃO!

A desistência do RELP-SN para formalização de parcelamento ordinário implica a perda das reduções de multa e juros concedidas no âmbito daquele programa. Após a desistência não será permitido novo pedido ou reestabelecimento do pedido anterior do RELP-SN.

A formalização é realizada da mesma forma que o pedido normal, pelo menu “Pedido de Parcelamento”. O sistema verifica o histórico dos débitos em cobrança e define se haverá a cobrança da antecipação e em que proporção (10% ou 20%).

No campo “Relação de Débitos Parcelados”, o sistema identifica cada período de apuração com uma marca relativa ao histórico de parcelamentos anteriores.

- O número “2” indica que o débito possui histórico de inclusão em mais de um parcelamento anterior;
- O número “1” indica que o débito possui histórico de inclusão em apenas um parcelamento anterior;

Pedido de Parcelamento
Voltar

Nome Empresarial:
CNPJ:

Relação dos débitos recuperados

Período de Apuração	Vencimento	Número do Processo	Saldo Devedor Original	Valor Atualizado
10/2015 ²	20/11/2015		R\$ 711,60	R\$ 1.132,61
11/2015 ²	21/12/2015		R\$ 1.188,71	R\$ 1.878,22
01/2016 ²	22/02/2016		R\$ 1.706,27	R\$ 2.660,87
02/2016 ²	21/03/2016		R\$ 1.346,54	R\$ 2.084,27
03/2016 ²	20/04/2016		R\$ 1.061,75	R\$ 1.632,18
04/2016 ²	20/05/2016		R\$ 1.154,66	R\$ 1.762,20
05/2016 ²	20/06/2016		R\$ 1.141,82	R\$ 1.729,35
11/2018 ²	20/12/2018		R\$ 541,13	R\$ 698,21
02/2019 ¹	20/03/2019		R\$ 552,28	R\$ 704,32
03/2019 ¹	22/04/2019		R\$ 657,88	R\$ 835,59
04/2019 ¹	20/05/2019		R\$ 559,91	R\$ 708,12
05/2019 ¹	21/06/2019		R\$ 572,38	R\$ 721,21
06/2019 ¹	22/07/2019		R\$ 648,41	R\$ 813,31
07/2019 ¹	20/08/2019		R\$ 549,63	R\$ 686,65
08/2019 ¹	20/09/2019		R\$ 559,40	R\$ 696,28
09/2019 ¹	21/10/2019		R\$ 553,76	R\$ 686,61
10/2019 ¹	20/11/2019		R\$ 559,64	R\$ 691,77
11/2019 ¹	20/12/2019		R\$ 518,08	R\$ 638,47
12/2019	20/01/2020		R\$ 497,49	R\$ 611,20

Valor total consolidado: R\$ 21.371,44

Número de parcelas: 57

Valor da primeira parcela: R\$ 4.274,28

Valor das demais parcelas: R\$ 305,30

No exemplo da tela acima, os períodos de apuração 10/2015 a 11/2018 estão marcados com o número “2”. Portanto, já foram incluídos em mais de um parcelamento.

Os períodos de apuração 02 a 11/2019 estão marcados com o número “1”. Portanto, já foram incluídos em apenas um parcelamento.

O período de apuração 12/2019 não possui marca, logo, nunca foi parcelado.

O sistema identificou automaticamente que se tratava de reparcèlement e emitiu a primeira parcela com o valor de R\$ 4.274,28, correspondente a 20% do valor total consolidado, que era R\$ 21.371,44.

5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Para amortizar o parcelamento em menos tempo, o contribuinte poderá emitir o DAS de Cobrança do débito parcelado no menu “Débitos” do PGDAS-D 2018. Emita o DAS do débito mais recente e faça o pagamento.

Caso efetue o pagamento de DAS de Cobrança, aguarde ao menos 5 (cinco) dias úteis da data do pagamento para a emissão de DAS de parcela.

O débito que foi pago por meio do DAS Cobrança, por estar extinto, não será considerado na geração do DAS de parcela; conseqüentemente, o parcelamento se encerrará antes do prazo previsto.



! IMPORTANTE!

A menos que os débitos sejam integralmente pagos por meio do DAS de Cobrança, o contribuinte deve gerar e pagar um DAS de Parcela para cada mês durante a vigência do parcelamento, independentemente das “antecipações” de pagamento efetuadas segundo as instruções acima.

6. RESCISÃO

O parcelamento será rescindido quando houver:

- a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não; ou
- a existência de saldo devedor, após a data de vencimento da última parcela do parcelamento.

(Base normativa: art. 56 da Resolução CGSN nº 140, de 2018)